

Nova sede da ADUFOP: uma conquista para categoria docente

A ADUFOP passa a funcionar em nova sede partir da 2ª quinzena de agosto. O imóvel próprio é uma reivindicação antiga da categoria docente que agora se concretiza em um espaço amplo, que atende bem às necessidades da entidade. Após uma intensa pesquisa no mercado imobiliário local, desde março, deste ano, que contou com a participação de uma Comissão de Professores, foi indicado e aprovado o imóvel situado na Rua Antônio José Ramos, 65, Vila Itacolomy (duas ruas abaixo da Polícia Civil), em Ouro Preto. O imóvel tem escritura registrada, três quartos, salão central, cozinha planejada, garagem com três vagas, áreas de serviço interna grande (coberta) e externa grande (descoberta), com possibilidade de serem transformadas em auditório. A aquisição do imóvel foi debatida e aprovada pelo Conselho de Representantes e pelos docentes em Assembleia. A casa passa por pintura interna e externa e os reparos construtivos para adaptação ao uso da entidade serão feitos em momento posterior. A nova sede é uma conquista importante para a categoria e representa a realização de um sonho antigo dos docentes, um espaço de luta aberto a entidades e movimentos sociais e uma oportunidade de aproximação da entidade com a base.

A inauguração será no dia 25 de agosto e estão convidados todos os docentes, entidades sindicais e movimentos sociais e estudantis parceiros.



Fachada do imóvel antes da pintura e das adequações

Diretoria vai às bases em Assembleias Setoriais

Nos meses de junho e julho, a Diretoria da ADUFOP percorreu os três *campi* da UFOP para a realização de oito Assembleias Setoriais com a proposta de ir até à base para ouvir os docentes em seus locais de trabalho. Na pauta, estavam informes importantes, em especial após a reunião com a nova reitora: auxílio transporte, frequência, adicional noturno, orçamento da UFOP, terceirização (também do trabalho docente), mobilização em defesa da universidade pública; e outros como nova assessoria jurídica e aquisição de imóvel e veículo próprios para a entidade. As assembleias buscavam promover em todos os institutos um debate também sobre a conjuntura atual, em especial as reformas da previdência e trabalhista e todo um estado de ações e projetos que, se aprovados, terão forte impacto sobre a universidade, a categoria e toda a classe trabalhadora.

Mesmo com pautas nacionais e locais que afetam diretamente a vida do docente, a participação foi bastante reduzida. Somente no ICBS, ICSA e ICEB foi possível realizar o debate, com uma participação média de 10 docentes em cada local. Nos outros institutos poucos docentes se dispuseram ao debate. “Cumprimos uma tarefa cara, mas necessária ao sindicato, que é deslocar diretores, assessoria jurídica e comunicação para os institutos”, destacou o presidente da ADUFOP, professor André Mayer.

Os docentes manifestaram dúvidas em relação ao grande número de professores visitantes e credenciados na universidade, reivindicaram uma resposta sobre a mudança do calendário e o edital de concurso suspenso, além de mais transparência nas decisões e alocação de recursos. Outro ponto colocado foi a necessidade de se realizar um debate junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP) sobre os programas de auxílio à publicação.



Carta aos docentes

Cara Professora,
Caro Professor,

A avalanche de ataques à categoria docente e toda classe trabalhadora está cada vez mais intensa nos últimos tempos. Corte de verbas para Educação, demissão de terceirizados, Plano de Demissão Voluntária para servidores públicos, corte de bolsas de pesquisa, contratação de professor voluntário, obras inacabadas, projetos de lei que retiram direitos, fim da aposentadoria e tantos outros. E o que acontece com a nossa categoria? Uma apatia generalizada misturada com sentimento de que não há o que fazer para mudar.

O esvaziamento das Assembleias Setoriais, que foram solicitadas pela base, é um reflexo disso. Nos meses de junho e julho percorremos os três *campi* da UFOP em um total de oito encontros, em sua maioria, vazios. O ICESA, ICBS e ICEB foram os únicos locais onde o debate pôde ser realizado, com uma média de participação de 10 docentes, em cada. Além das pautas nacionais, as muitas reivindicações locais tiveram destaque. Se não participarmos, minimamente dos debates entre nossos pares, como vamos enfrentar essa difícil conjuntura?

Os desafios são muitos! Temos um fôlego novo com a conquista da sede própria, o que nos motiva a continuar a luta por uma universidade melhor, socialmente referenciada, pública, gratuita e de qualidade.

Saudações,

Prof. André Mayer
Diretoria ADUFOP

Comitê Central de Mobilização reúne 12 entidades locais

O Comitê Central de Mobilização da Região dos Inconfidentes passou a contar, a partir de julho deste ano, com 12 entidades sindicais e movimentos sociais e estudantis de Ouro Preto e Mariana: ADUFOP; ASSUFOP, SINASEFE-IFMG; DCE-UFOP; SINDSFOP; Metabase Inconfidentes; FENET; Ocupa UFOP; Sindicato dos Metalúrgicos; SindUTE; Sindserv e MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. Representantes de diferentes categorias se reúnem semanalmente para debater ações de mobilização contra os ataques aos direitos dos trabalhadores e estudantes

No dia 18 de julho, a ADUFOP recebeu a reunião do Comitê com representantes dos sindicatos Metalúrgicos, São Julião, SINDSFOP, SINASEFE-IFMG, ASSUFOP, DCE-UFOP. Os informes registraram a luta das entidades para mobilizar suas bases e o quão tem sido difícil essa tarefa. Foi realizada análise de conjuntura e um debate sobre alternativas que possam ampliar o envolvimento dos diversos segmentos na luta, frente a uma situação difícil, que tende a piorar.

Na última reunião, ocorrida na sede do SINDSFOP foi decidido lançar uma moção de apoio à Chapa que concorre à gestão 2017-2019, no Sindicato ASSUFOP:

O Comitê Central de Mobilização dos Estudantes e Trabalhadores da Região dos Inconfidentes torna público o apoio à chapa Resistência, Democracia e Luta para a eleição da Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos da UFOP – ASSUFOP, Gestão 2017-2019.

Tal apoio reafirma a fundamental postura de luta intransigente e de diálogo que a diretoria à frente do ASSUFOP vem tomando durante as ações e reuniões realizadas pelo Comitê Central de Mobilização. A eleição da chapa Resistência, Democracia e Luta no dia 9 de agosto significa a continuação e o fortalecimento das mobilizações travadas pelo Comitê contra a aniquilação absoluta de direitos, o desmonte do Estado brasileiro e a devastação das políticas sociais alavancada por Temer e o Congresso Federal.

Evidentemente, o Comitê Central é uma conquista para os trabalhadores e estudantes da região. Com pouco mais de sete meses de existência, a união de doze entidades populares representativas protagonizou diversas manifestações, caravanas, seminários e campanhas na defesa da previdência social, dos direitos trabalhistas e da educação pública, gratuita e de qualidade. Dessa forma, a permanência do ASSUFOP - entidade referência na luta dos trabalhadores - no Comitê é fundamental para a concretização das ações de resistência que estão por vir. Ações essas imprescindíveis para barrar o projeto de desmonte do Estado brasileiro, além de conscientizar e mobilizar a população sobre os perigos da política de devastação implantada neste país.

Assinam o documento as entidades: ADUFOP; SINASEFE IFMG; DCE-UFOP; SINDSFOP; Metabase Inconfidentes; FENET; Ocupa UFOP; Sindicato dos Metalúrgicos; SindUTE; Sindserv e MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.

Ouro Preto, 1º de agosto de 2017

EXPEDIENTE

DIRETORIA ADUFOP - GESTÃO 2016-2018

Prof. André Luiz Monteiro Mayer
Presidente

Prof. Luís Antônio Rosa Seixas
Vice-presidente (licenciado)

Prof. Sara Martins de Araújo
1ª Secretária (licenciada)

Prof. Rodrigo Meira Martoni
2º Secretário

Prof. Joaquim Batista de Toledo
1º Tesoureiro

Professor Paulo Ernesto Antonelli
2º Tesoureiro

Jornal ADUFOP

Redação, edição, diagramação: Lícia Ribeiro/MTb
08397JP • Projeto gráfico: AllType Publicidade
Impressão: Gráfica 101 • 1.000 exemplares

ADUFOP - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto

Rua Prof. Francisco Pignatário, 151, Bauxita -
Ouro Preto-MG - CEP: 35400-000
comunicacao@adufop.org.br / (31) 3551-5247
Twitter: @adufopsindical / facebook.com/adufop
www.adufop.org.br

Orçamento contingenciado é realidade na UFOP

Em atendimento à solicitação da ADUFOP na reunião ocorrida no último dia 31 de maio, com a reitora da UFOP, professora Cláudia Marlière, foi apresentada no dia 20 de julho, a situação orçamentária da universidade e as perspectivas para 2018. O pró-reitor de Planejamento, professor Cláudio Lana, esteve na sede da entidade, em reunião que contou com a presença da Diretoria da ADUFOP, integrantes do Conselho de Representantes e do DCE-UFOP. Segundo o pró-reitor, o contingenciamento de verbas para a Educação que tem sido feito nos últimos anos tem dificultado o funcionamento de muitas universidades pelo Brasil e na UFOP não há perspectivas para investimento em obras e novas aquisições. “A verba de capital já é 50% menor em relação a 2016 e a verba de custeio sofreu um corte de 17% no início do ano, que foi revogado, mas com bloqueio de investimentos em diversas áreas”, disse.

Em janeiro de 2017, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG) indicou contingenciamento de 17% da verba de custeio, que inclui corte principalmente no pagamento de terceirizados, diárias e passagens. A UFOP fez um estudo para garantir a permanência do terceirizados e até o momento não houve demissão de pessoal. No último mês, o MPOG publicou outra portaria desobrigando esse corte de 17%, mas suspendeu a compra e locação de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos e sistemas de informatização e manteve o corte de terceirizados, passagens e diárias já anunciados. O diretor da ADUFOP, professor Rodrigo Martoni ressaltou que “essa indicação de setores para cortes do MPOG fere a autonomia universitária”. O MPOG indicou também um

bloqueio de 10% da verba de custeio e 30% da verba capital. “A situação está muito difícil, pois temos que gerenciar uma verba bastante limitada e sem perspectivas para novos investimentos”. Duas obras estão em andamento, a reforma do Centro de Convergência e a construção do laboratório do Departamento de Engenharia de Minas - DEMIN. O professor informou também que o pagamento de bolsas estudantis ainda não foi afetado e que o Centro de Educação Aberta e Distância (CEAD) tem uma rubrica própria.

A soma dos bloqueios para a UFOP este ano, somam cerca de R\$7,5 milhões, sendo 10% de custeio, 15% da receita, e 30% de capital, que equivale a R\$1,7 milhões.

Bloqueios UFOP (R\$)	
10% CUSTEIO	5.202.462,20
15% RECEITA	565.764,60
30% CAPITAL	1.790.765,70
Total bloqueado	7.558.992,50

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento UFOP

Impacto dos cortes nas universidades

A série de cortes e contingenciamentos no orçamento do Ministério da Educação (MEC) para as Instituições Federais de Ensino (IFES) tem ameaçado a continuidade das atividades acadêmicas de norte a sul do país. As IFES sofrem desde 2015 com repetidas reduções nos valores repassados pela União para custeio e manutenção

das instituições. O enxugamento dos recursos é sentido pela comunidade acadêmica, com a precarização das condições de trabalho, de infraestrutura e também de permanência estudantil. Muitos reitores se manifestaram publicamente, afirmando que, depois de setembro, não haverá condições financeiras para manter as instituições funcionando.

De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), em 2017, o custeio das universidades federais foi reduzido em R\$1,7 milhão, e os investimentos tiveram uma queda de R\$40,1 milhões. Em comparação com o orçamento de 2016, levando em conta o Índice de Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o orçamento das universidades federais teve uma perda de 11,8% e o corte nos investimentos foi de 46,2%. Além disso, há o problema de que o governo não libera a totalidade dos recursos, já escassos. O limite liberado para custeio foi de 70%, enquanto apenas 40% foram liberados para investimentos.



Diretoria da ADUFOP recebeu pró-reitor de Planejamento, integrantes do Conselho de Representantes e DCE-UFOP para se inteirar sobre o orçamento da universidade

JORNADA DE MOBILIZAÇÃO DE APOSENTADOS E APOSENTADAS

Previdência e perdas históricas dos direitos de aposentadoria

16 A 18 DE AGOSTO DE 2017 - Brasília - DF

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

Impacto da conjuntura nas universidades

A situação das universidades públicas em meio a uma conjuntura desafiadora vivida no Brasil e no mundo nos últimos tempos foi o ponto de partida da análise feita pela professora Eblin Farage, presidente do ANDES-SN, no primeiro Ciclo de Debates organizado pela ADUFOP, ocorrido em 27 de junho, em Ouro Preto. O evento integrou a Semana de Atividades do Comitê Central de Mobilização da Região dos Inconfidentes, que culminou na Greve Geral do dia 30 de junho.

Segundo a professora, a análise é dinâmica e requer elementos complexos, pois há um conjunto de ações em andamento que parecem isoladas, mas vão atingir todas as políticas públicas. “Corremos o risco de analisar que o problema é o Temer. O problema é o projeto que ele representa, que é muito anterior a este governo. O que há hoje é uma aceleração do projeto de contrarreforma do Estado no tempo de FHC, que deve ser entendido dentro do processo de crise do capital”, disse.

Segundo a professora, a ameaça à universidade passa por um conjunto de medidas, como a aprovação da PEC do Fim do Mundo, que congela os gastos por 20 anos e traz como consequência a eliminação dos concursos públicos e a redução dos salários. Nas estaduais isso já é uma realidade e vai chegar nas federais. “A luta histórica do ANDES-SN é por uma linha única no contracheque”, destacou.

Para Eblin, esse conjunto de medidas em curso vai aliar ao processo de refluxo da classe. “Nos governos passados, os projetos eram colocados em

doses lentas, como a criação do Funpresp, que intensifica a desigualdade das classes na universidade. O conjunto de ataques à aposentadoria aliado ao corte de investimentos na Educação, que limita a pesquisa e a extensão, somados aos processos de assédio e diversos outros, são ataques diretos às políticas públicas e ao servidor público”. O risco de terceirização ampla e restrita também é uma realidade que certamente vai atingir as universidades, que já vivem esse processo com os técnicos desde a década de 1990.

Educação como mercadoria

Para a presidente do ANDES-SN, Educação como mercadoria compromete a qualidade. “A mercantilização é contrária ao tripé ensino, pesquisa e extensão, pois a meta é a formação em grande escala”. Essa certificação em larga escala já vem sendo feita com a educação a distância, consequência da imposição da parceria público-privado. Hoje 76% do ensino superior é entregue à iniciativa privada. “É verdade que as universidades públicas cresceram com o governo de conciliação de classes e é bem verdade que cresceu mais ainda o ensino privado com o dinheiro público”, destacou.



Prof. André Mayer (DECSO) e profª Amanda Nascimento (DECOM) participaram do debate sobre a conjuntura com a profª Eblin Farage

Congelamento de gastos mais lei de responsabilidade fiscal, mais reforma da previdência que levou à uma avalanche de pedidos de aposentadoria e sem concurso. “Como as universidades vão funcionar? O problema não é para daqui a 10 anos, é para o semestre que vem!”.

Segundo Eblin, esse conjunto de desgraças que fazem parte desse projeto precisa de um contraponto. “Precisamos de um sindicato forte para dar uma resposta a essa conjuntura, precisamos resistir”. Uma das alternativas indicadas é a auditoria cidadã da dívida pública. “Temos avançado no processo de organização da classe, colocamos mais de 150 mil trabalhadores e estudantes em Brasília com um nível de consciência diferenciado”, disse. Sobre a falta de mobilização da categoria docente, a professora conclui: “o principal desafio é fazer os professores compreenderem que o que tem acontecido é um problema coletivo”.

Governo lança Plano de Demissão Voluntária para servidores

O Governo Temer lançou medidas que vão sucatear ainda mais o serviço público. O Programa de Demissão Voluntária para servidores do Executivo (PDV), publicado em 27/julho, objetiva demitir 5 mil servidores públicos federais e economizar, de acordo com cálculos do governo, cerca de R\$1 bilhão por ano. Os trabalhadores que aceitarem o desligamento vão receber 1,25 salário para cada ano trabalhado. O Programa também prevê a redução da jornada de 8h diárias e 40 semanais

para 6 ou 4h diárias e 30 ou 20h semanais, respectivamente, com redução proporcional do salário, calculada sobre o total da remuneração. Como incentivo à diminuição da jornada e do salário, o governo oferece o pagamento adicional correspondente a meia hora diária. Os funcionários públicos que optarem pela jornada reduzida poderão ter outro emprego no setor privado, desde que não haja conflito de interesses entre as duas atividades. Outra proposta apresentada no PDV é a licença incentivada

em pecúnia sem remuneração. Pela proposta, o servidor tira uma licença não remunerada de três anos, que pode ser prorrogável por igual período, e recebe, no momento da suspensão das atividades, um valor correspondente a três vezes seu salário. É proibida a interrupção da licença.

A proposta não é uma medida isolada, ela se insere numa política de retirada de direitos em curso no país desde governos anteriores e que vem sendo intensificada por Temer.